

Contribuinte paga votação

Scheila Bernadete

Os contribuintes brasileiros que vão pagar a conta do defasado reajuste dos aposentados terão ainda que bancar a convocação extraordinária do Congresso de hoje até o final do mês: o Legislativo vai gastar cerca de 6,1 bilhões para manter os 584 parlamentares em Brasília, segundo cálculos da liderança do PT. Isto significa que cada um receberá cerca de Cr\$ 10,5 milhões como ajuda de custo para votar, em regime de urgência, o projeto de lei do governo que aumenta as taxas previdenciárias para os trabalhadores com carteira assinada, além dos próprios aposentados. Isto, sem falar nos demais funcionários convocados.

Ontem, durante todo o dia, os líderes de diversos partidos e o presidente do Congresso, senador Mauro Benevides, passaram o maior tempo do trabalho ao telefone, mobilizando as bancadas. O mais ativo foi o líder do PMDB, deputado Genebaldo Correia. Previendo dificuldades para o entendimento "neste momento de recessão", chamou imediatamente à Capital Federal quatro especialistas nas áreas tributária e previdenciária — os deputados Luiz Roberto Ponte, César Maia, Antônio Brito e Maurilio Ferreira Lima para a munição antecipada às discussões. Já o senador Mauro Benevides confir-

mava, no final do dia, a presença certa de 180 deputados e 61 senadores.

Início dos trabalhos

A partir das 5h00 da tarde de hoje, o Congresso irá se reunir apenas em uma sessão solene para que a mensagem do Executivo entregue pelo ministro da Justiça, Jardas Passarinho, seja lida. Para isto não será necessário quórum qualificado. O trabalho mesmo só começa na segunda-feira, quando os avulsos do projeto de lei já estarão redigidos. Depois disto, ele será distribuído a quatro comissões: Seguridade Social, Finanças, Trabalho e Justiça. Neste período, é que as emendas poderão ser apresentadas.

Se a proposta passar pela Câmara, seguirá o mesmo curso no Senado. No entanto, o tempo não será a maior dificuldade que o Governo terá que enfrentar no Congresso, mas sim o entendimento entre as lideranças. Os oposicionistas entendem que o momento para patrões e empregados é muito difícil. Segundo o próprio Governo, 9 milhões de aposentados não terão o aumento de 147%. Mesmo assim, vão ter que pagar a alíquota de 7% como desconto previdenciário. Outra polêmica: o Supremo Tribunal Federal ainda não decidiu a validade do pagamento. Isto só vai acontecer na segunda quinzena de fevereiro.